



ATA N.º 22/2018

Data da reunião ordinária: 31/10/2018

Início da reunião: 14:05 horas

Fim da reunião: 17:15 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Manuel Orlando Fernandes Alves

Vereadores

José António Carvalho de Moura

David José Varela Teixeira

José Moura Rodrigues

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Paulo Jorge Miranda da Cruz

António Gonçalves Araújo

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria José Baía Afonso

Cargo: Chefe da Divisão Financeira



ATA N.º 22

Reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, realizada no dia 31 de outubro de 2018.

No dia 31 de outubro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões do Ecomuseu, em Salto, freguesia de Salto, concelho de Montalegre, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal Manuel Orlando Fernandes Alves e com a participação dos Senhores Vereadores, Professor José António Carvalho de Moura, Dr. David José Varela Teixeira, Dr. José Moura Rodrigues, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Dr. Paulo Jorge Miranda da Cruz, Dr. António Gonçalves Araújo e, comigo, Maria José Afonso Baía, na qualidade de secretária "ad hoc", nomeada, nesta data, pelo Senhor Presidente da Câmara, em virtude da secretária habitual, Maria Fernanda Dinis Moreira, estar impedida. _____

A reunião prevista para o dia dezoito de outubro em curso foi adiada para o dia de hoje, conforme se alcança do edital elaborado para o efeito, que se arquiva, no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma de doc. 1. _____

Pelo Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Fernandes Alves, quando eram catorze horas e cinco minutos, foi declarado aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia vinte e seis de outubro de dois mil e dezoito, na plataforma de gestão documental *sharepoint*, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma de doc. n.º 2. _____

4.1. RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DA CMM COM FILANDORRA – TEATRO DO NORDESTE. _____

4.2. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO, FORMULADO PELO CLUBE AUTOMÓVEL DE VILA REAL, A FIM DE SUPOORTAR AS DESPESAS COM A TAÇA DE PORTUGAL DE RALICROSS E SUPER BUGGY MONTALEGRE 2018 / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO EXARADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

4.3. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO, FORMULADO PELO ECOMUSEU DE BARROSO DESTINADO A SUPOORTAR AS DESPESAS COM AS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO. _____

4.4. AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DA DIREÇÃO DAS MINAS DA BORRALHA. _____

4.5. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

4.6. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 208/ 2018 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____



4.7. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019 – OPÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA / MAPA DE PESSOAL PARA 2019. _____

4.8. RATIFICAÇÃO DA ATA DA HASTA PÚBLICA RELATIVA À VENDA DE PRÉDIOS URBANOS. _____

I

ATAS

1. APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE, RELATIVA À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, REALIZADA NO DIA QUATRO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores vereadores da oposição, aprovar a referida ata. _____

2. APROVAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE E UM, RELATIVA À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, depois de ter dispensado a sua leitura com fundamento em ter sido distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores vereadores da oposição, aprovar a referida ata. _____

O senhor vereador Dr. Paulo Jorge Miranda da Cruz não participou na votação desta ata por não ter estado presente na reunião a que ela diz respeito. _____

II

– ANTES DA ORDEM DO DIA –

1 – O Senhor Presidente da Câmara Manuel Orlando Alves interveio, neste período, dizendo que era a primeira vez que se fazia uma reunião de câmara na Freguesia de Salto. Explicou que, neste mandato, se tem descentralizado as reuniões de câmara por algumas freguesias no intuito de a população ficar a conhecer como funciona este órgão. Referiu que já foram efetuadas reuniões na União de Freguesias de Venda Nova e Pondras e na Freguesia de Solveira, sendo que, até final do mandato, serão realizadas em todas as freguesias. Continuando, o Senhor Presidente da Câmara saudou o Senhor Presidente da Junta de Salto Alberto Martins Fernandes, a quem agradeceu a cedência do espaço para que esta reunião acontecesse com a dignidade devida, bem como o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia João Alves Soares, os Senhores Presidentes de Junta do Baixo Barroso, designadamente Cabril e Venda Nova, que aí se encontravam, bem como agradeceu a presença de todo o público presente. _____

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara disse que expressava um voto de louvor à jovem Carina Luís, natural de Torgueda, jogadora de futsal, que conquistou uma medalha olímpica nos recentes jogos olímpicos da juventude, realizados na Argentina, sendo um



exemplo para todos os jovens deste concelho, pois acreditou, trabalhou e lutou para que o alcance de tamanho mérito fosse por si conseguido. _____

Este voto de louvor foi aprovado pela unanimidade dos presentes nesta reunião. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues pediu a palavra para dizer que felicitava e louvava estas iniciativas de descentralização das reuniões de câmara pelas freguesias. _____

O senhor vereador da oposição Prof. Carvalho de Moura interveio também, cumprimentando todos os presentes nesta reunião e, seguidamente, apresentou um assunto em forma de uma "moção" que leu, e que se transcreve na íntegra: _____

"Moção _____

João Rodrigues Cabrilho é português _____

No dia 28 de Setembro, realizou-se em S. Diego, Estado da Califórnia, dos USA, o tradicional Cabrilho Festival que já vai já na 55ª edição. Nele se concentram delegações oficiais de Portugal, Espanha, México e Estados Unidos pelas razões de Cabrilho ser português, explorar a costa da Califórnia a expensas dos reis de Espanha, a sua armada de 3 barcos partir do México e descobrir a costa da Califórnia respectivamente. _____

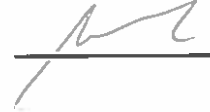
A delegação espanhola no referido Festival, numa atitude estranha e nada cordial, aproveitou a oportunidade para colocar uma coma de flores no sopé da Estátua de Cabrilho em Point Loma, local onde se faz a encenação da chegada de Cabrilho à baía de S. Miguel, rebatizada de San Diego. _____

A dita coroa foi depositada, segundo declarações dessa delegação, para prestar homenagem ao navegador considerando-o natural de Palma del Rio, Córdova, de Espanha, como resultado dum estudo apresentado por uma investigadora do Canadá, de nome Wendy Kramer. _____

O acto, complementado pela delegação espanhola com outras diligências formais na cidade, suscitou reacções de vária índole e sobretudo trouxe à ribalta a antiga polémica tanto do agrado dos espanhóis que sempre lhes custou aceitar Cabrilho como cidadão português. _____

As razões invocadas pela sra Windy Kramer que a levou a defender a nacionalidade espanhola de Cabrilho foram analisadas pelos investigadores de Barroso e sobretudo pelo investigador João Soares Tavares que à vida e obra do navegador dedicou muitos e longos anos de pesquisa. _____

Todos, e de modo mais aprofundado num artigo de opinião João Soares Tavares, foram unânimes em validar a tese de que Cabrilho é português, tal como é versão oficial da Academia Portuguesa de História e que os documentos apresentados pela sra Windy Kramer carecem de sustentação. _____



Nestes termos, os vereadores J. A. Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues solicitam à Câmara Municipal que, através do pelouro da cultura, se tome uma posição em defesa dos interesses do concelho de Montalegre que sempre teve como seu navegador João Rodrigues Cabrilho e o caso seja exposto à consideração dos responsáveis do governo nesta matéria para os efeitos que eles julgarem os mais convenientes. _____

Porque a inacção alimenta a distorcida mensagem dos espanhóis, as tomadas de posição sugeridas são indispensáveis porque estão em causa os superiores interesses do país. _____

Montalegre, 30 de Outubro de 2018. António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues.”_

Este documento fica a fazer parte integrante da ata sob a forma de doc. n.º3 . _____

Seguidamente, ainda no uso da palavra, o senhor vereador apresentou um pedido de informação por escrito que incide sobre algumas peças procedimentais da empreitada denominada “ Abastecimento de Água, Rede de Drenagem de Águas Residuais e Pavimentação da Povoação de Vilarinho de Negrões – 2.ª fase”, o qual se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais. *Este documento fica anexo ao maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.4.* _____

Por último, o senhor vereador da oposição solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse sobre a entrevista que deu ao jornal “A voz de Chaves”, onde abordou o tema da reabertura das Minas da Borralha e, sabendo-se que a câmara já tinha investido muito dinheiro lá, perguntava qual era o futuro da mina, se a sua reativação estava para breve e se havia alguma empresa interessada. _____

Solicitou, também, uma intervenção o senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues que começou por apresentar uma interpelação dirigida ao Senhor Presidente da Câmara sobre os pedidos de informação, deferidos pela CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a qual se passa a transcrever na íntegra: _____

“INTERPELAÇÃO SOBRE OS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO DEFERIDOS PELA CADA - COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS _____

José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP, vêm interpelar V.ª Ex.ª nos seguintes termos: _____

Como é do seu conhecimento, em 27.06.2018 e em 26.07.2018 fomos notificados de que a CADA tinha deferido dezanove dos pedidos de informação que apresentámos desde o início do mandato, o que significa também que, até ao momento, todas as decisões proferidas nos são favoráveis. _____

No entanto, cerca de quatro meses e meio depois da primeira notificação ainda só nos foram disponibilizados quatro processos, em relação aos quais ainda falta documentação. Mas, se nos reportarmos à data em que apresentámos os pedidos de informação, os mais antigos são de 02.11.2017, ou seja, foram apresentados há quase um ano. Nos termos do n.º 1 do artigo



15.º da Lei n.º 26/2017, de 22.08, a documentação deve ser disponibilizada no prazo máximo de dez dias. _____

O Sr. Presidente sempre disse que nos disponibilizava a informação se a CADA deferisse os nossos pedidos. No entanto, até ao momento, o ritmo a que a mesma nos tem sido disponibilizada está longe de ser satisfatório. _____

Face ao exposto, perguntamos: _____

i) Mantém a intenção de nos fornecer os processos que foram deferidos pela CADA ou mudou de opinião, depois de perceber que sempre tivemos razão nesta matéria? _____

ii) Até que ponto está disposto a acelerar o ritmo a que nos tem sido fornecida a documentação que pedimos? _____

iii) Em relação aos pedidos de informação em que a EHATB é a entidade adjudicante, já solicitou formalmente a esta entidade a informação que pedimos e cujos pedidos foram deferidos pela CADA? _____

Montalegre, 31.10.2018. José António carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues.” _____

Este documento fica a fazer parte integrante da ata sob a forma de doc. n.º 5. _____

O senhor vereador da oposição continuou a sua intervenção, apresentando e lendo o protesto que se reproduz na sua íntegra: _____

“Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre _____

PROTESTO PELO NÃO AGENDAMENTO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO “DAR MUNDO AOS JOVENS DO CONCELHO DE MONTALEGRE” _____

José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP, vêm protestar contra o não agendamento da sua proposta supra para a ordem de trabalhos da reunião em curso, nos seguintes termos: _____

Em 21.10.2018, enviámos um mail ao Sr. Presidente a solicitar o agendamento para a próxima reunião de Câmara dum proposta de regulamento municipal de apoio à juventude do nosso concelho. Nessa proposta prevê-se um apoio anual no valor de Euro 20.00,00 para financiar viagens InterRail para os jovens que completem dezoito anos cujo agregado familiar resida no concelho, bem como para financiar visitas de estudo para os alunos do secundário que sejam distinguidos no quadro de mérito das escolas do concelho. No mesmo mail solicitámos que a nossa proposta fosse considerada no PAM para 2019. _____

A nossa proposta não consta da ordem de trabalhos da reunião de hoje e, ao que percebemos, também não integra o PAM para 2019. No entanto, ela cumpre todos os requisitos legais, nomeadamente o artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal, que estabelece que os pedidos de agendamento dos membros da Câmara Municipal têm que ser apresentados por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, e o n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º



24/98, de 26.05 (Estatuto do Direito de Oposição), que estabelece que temos “direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade” _____
Ainda que se considere que os nossos jovens não merecem 0,09% do orçamento anual do Município e que a mesma viesse a ser chumbada, a nossa proposta tinha que ser agendada para esta reunião. Como não foi, apresentamos o presente voto de protesto. Isto, evidentemente, sem prescindir do seu agendamento para a próxima reunião de Câmara. _____
Montalegre, 31.10.2018. José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues.” _____
Este documento fica a fazer parte integrante da ata sob a forma de doc. n.º 6. _____
O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues requereu, por escrito, o pedido seguinte: _____

“Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre _____
PEDIDO DE DOCUMENTAÇÃO DO ECOMUSEU - ASSOCIAÇÃO DE BARROSO _____
José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PPD - CDS/PP”, vêm solicitar cópia simples de todas as atas da entidade Ecomuseu - Associação de Barroso, NIF 508.960.886, desde 01.10.2013, bem como cópia do protocolo celebrado com o Município de Montalegre que se encontra em vigor, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31.08. Pedem deferimento, _____
Montalegre, 31.10.2018. José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues. _____
Este documento fica a fazer parte integrante da ata sob a forma de doc. n.º 7. _____
Continuando a sua intervenção, fez ainda o senhor vereador da oposição uma interpelação ao Senhor Presidente Câmara, a qual versa sobre a Pista Automóvel de Montalegre, nos termos seguintes: _____

“Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre _____
INTERPELAÇÃO SOBRE A PISTA AUTOMÓVEL DE MONTALEGRE _____
José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS, vêm interpelar V.ª Ex.ª nos termos seguintes: _____
Recentemente, a Pista de Montalegre foi excluída do Campeonato do Mundo de Rallycross de 2019. Depois de muitos milhões gastos, que fizeram da Pista uma das apostas que mais dividiu os barrosões, este anúncio é uma grande derrota para o executivo socialista. _____
A nossa opinião sobre a Pista foi sempre muito clara. No início, fomos contra porque era uma opção “aventureira”, em que este resultado era um cenário muito provável. Fomos contra porque a aposta no Rallycross não era sustentada, porque não tinha tradição nem adeptos em Barroso. Fomos contra porque havia outras prioridades para o concelho, tais como o abastecimento de água e o saneamento básico, no qual a falta de crianças e o despovoamento são a mãe de todos os problemas. Ao longo do tempo, percebemos também que as corridas no Larouco não tinham grande rentabilidade para a economia concelhia. Enfim, fomos e somos



contra porque foi uma aposta que contraria tudo o que está escrito nos livros sobre boas práticas de desenvolvimento local e regional. Mas não estamos satisfeitos com esta situação. Satisfeitos estaríamos se não se tivesse gasto lá um cêntimo. _____

E também gostávamos que o Sr. Presidente assumisse os seus erros, em vez de vir com desculpas, dizendo-se surpreendido e com vontade de ir para os tribunais. De facto, nos termos da cláusula 7.3 do contrato que garantia uma prova do mundial em Montalegre entre 2018 e 2022, "A IMG [empresa organizadora] terá o direito de rescindir o presente Contrato sem responsabilidade adicional para com o Organizador [Município de Montalegre] se o Organizador não cumprir qualquer das KPI's de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo 3 ...". Ora, no Anexo 3, a Câmara obrigava-se a construir uma nova torre de controlo até 01.04.2018, objetivo que não foi cumprido, como se sabe. Portanto, parece-nos que ir para tribunal será apenas uma estratégia de comunicação para diminuir a dimensão do fracasso aos olhos dos barrosões. _____

Sempre tivemos razão em relação à Pista Automóvel. Ainda assim, não estamos satisfeitos, porque, mal por mal, depois de se ter gasto tanto dinheiro, é melhor ter uma Pista com Mundial de Rallycross do que ter uma Pista sem Mundial de Rallycross. Face a todo o exposto, perguntamos: _____

i) Vai mesmo avançar para os tribunais, ainda que o contrato que assinou não lhe garanta as mínimas probabilidades de sucesso, como parece ser o caso? _____

ii) Qual é a solução para o problema? Que alternativas se colocam ao Município? Já há novos objetivos definidos para a Pista de Montalegre, como por exemplo substituir o Mundial de Rallycross por outra prova de dimensão mundial e impacto semelhante? _____

iii) Admite a hipótese de deixar a Pista Automóvel do Larouco ao abandono, à semelhança do que aconteceu com a Piscina Municipal? _____

Montalegre, 31.10.2018. José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues. _____

Este documento fica a fazer parte integrante da ata sob a a forma de doc. n.º 8. _____

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às interpelações efetuadas pelos senhores vereadores da oposição, dizendo que calhou mal falarem da piscina de Montalegre porque esta vai ser candidata aos fundos comunitários e está contemplada no Plano. Porém, se não houver fundos, terá de se repensar este investimento pois não se faz piscina porque a oposição o quer. Uma câmara pobre como a nossa, mas que ainda assim consegue estar em 17.º lugar no equilíbrio financeiro no anuário das autarquias locais e que paga a tempo e horas, não se pode dar ao luxo de "derreter dinheiro" onde se quer, mas tem que se fazer uma gestão muito equilibrada e eficiente dos dinheiros de que se dispõe. Por isso o senhor vereador da oposição não esteve bem com as suas observações sobre as piscinas. Quanto ao rally cross, não percebe esta oposição, disse o Senhor Presidente. Os senhores vereadores da oposição são




contra tudo, isto é, são objetivamente contra tudo o que acontece, como quem não tem a responsabilidade de gerir a câmara, como é o caso do Congresso de medicina popular, sexta-feira 13 e os subsídios atribuídos aos bombeiros, sempre foram contra o rally e agora que não há questionam. Afirmou, “fomos surpreendidos com a retirada do rally da nossa pista de Montalegre, porque há um acordo com o IMG e no seu cumprimento fizemos o paddok, fizemos o projeto para a torre e beneficiamos a estrada. Ficamos a perder para o mundo árabe, que é onde há dinheiro, e que se propôs pagar as despesas de todas as equipas e que são avultadas. Agrada-nos ver pilotos e marcas solidárias com Montalegre e a retirarem-se das provas. Mais informo que a torre não foi ainda construída pelo rigoroso inverno que tivemos de janeiro a abril, mas sobretudo porque ainda hoje não temos o projeto final porque o IMG está sempre a propor alterações. Agora, se iremos para Tribunal ou não seremos nós a decidir, juntamente com a Federação Portuguesa de Automobilismo e o Automóvel Club de Vila Real, pelo, que esta sexta-feira, haverá já uma reunião para decidir essa matéria. Mas quero dizer, que esta decisão do IMG implica uma perda para Montalegre, também para a Região e, por fim, para o País”.

Quanto ao assunto “Cabrilho”, disse o Senhor Presidente da Câmara que a questão está clara, é português e é de Cabril, dava os parabéns ao senhor vereador Prof. Carvalho de Moura que, na altura em que foi presidente da câmara, fez o que devia em relação a este tema. Agora se há “uma atrevida”, que lá vai pôr uma coroa de flores, é sinal de má organização desse evento. Articularemos, afirmou o Senhor Presidente, com a Academia de História e o Ministério de Negócios Estrangeiros e se em S. Diego que não sabem organizar eventos nós em Montalegre poderemos ajudar nesse aspeto.

No que diz respeito à entrevista sobre as Minas da Borralha, é bom que se saiba que hoje aprovamos aqui o orçamento e este contempla um grande investimento também nas Minas da Borralha. A câmara do Partido Socialista tem sabido estar à altura do investimento que foi a Borralha. As prospeções que foram feitas por uma empresa, apontam para a existência de grandes quantidades de volfrâmio. Esse estudo está na Direção Geral de Energia para, eventualmente, ser feito um contrato de exploração temporária. Há uma empresa da África do Sul que quer esse contrato, mas tudo depende do Ministério do Ambiente e da Energia. “Fui porta-voz”, referiu o Senhor Presidente, do que vai chegando de todos os especialistas em mineralogia, como é o caso do Prof. Fernando Noronha e do Eng.º Barros.

No que refere aos pedidos da CADA, respondeu o Senhor Presidente que a câmara não tem nada a esconder e o que motiva a oposição é andar atrás de “rabos-de-palha”. A câmara tem boas contas, no anuário financeiro aparece como aquela que gasta menos com funcionários e, no que diz respeito aos pedidos de papéis pela oposição, dirá sempre que primeiro estão as



peçoas, o atendimento aos munícipes e no tempo sobranle estarão as exigências da oposição, com o devido respeito. Não se vai contratar peçoas para estarem ao serviço exclusivo dos pedidos da oposição.

Quanto à Proposta de Regulamento, apresentada pela oposição, para incluir na agenda desta reunião de câmara, disse o Senhor Presidente que ela veio fora do prazo, que não se exclui a sua discussão um dia, mas o executivo também tem muitas propostas para apresentar, porém o dinheiro não chega para tudo. Mais, disse o Senhor Presidente, “dar vinte mil euros aos meninos para aprenderem a ser gente, convenhamos, senhor vereador José Rodrigues, não se precisa de ir ao estrangeiro para isso, com o devido respeito. Ir lá fora sem conhecer o próprio país, não me parece correto. Estas ações de visitas e passeios têm que estar integradas no Plano da Escola e tem de ser a escola a propor à câmara a sua realização”. Continuou, dizendo que o senhor vereador deve saber o dinheiro que se investe na educação, e com todo o gosto porque se trata do futuro dos nossos jovens, mas para investir em “regabofe” não temos dinheiro. O Senhor Presidente da Câmara concluiu afirmando que, no que diz respeito ao Ecomuseu, se a oposição quer pedir alguma coisa que o faça diretamente à própria Associação de Barroso.

Interveio, neste momento, o senhor vereador da oposição Prof. Carvalho de Moura para contestar a expressão de que estavam “contra tudo”, pois não era verdade. Não estiveram contra os bombeiros, nem contra o Congresso de Medicina Popular, como afirmou o senhor Presidente. Porém, quanto à pista automóvel, disse, “seremos sempre contra, porque a câmara deu como se diz, a passada maior que a perna”. Lamentáveis, referiu, são os milhões que já se gastaram na pista, com a maior parte das obras efetuadas por ajuste direto e sem projeto. Quanto aos documentos que pediram, disse o senhor vereador, o Senhor Presidente tem de respeitar a lei e o regulamento e fazê-los chegar à sua mão, pois daqui a pouco terminam a legislatura e não têm os documentos.

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues, respondendo ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que a alusão que fez às piscinas não foi infeliz porque basta ver os anos que estiveram sem estar ao serviço da população. Em relação à pista automóvel, aprez-lhe dizer que não há razões para surpresa sobre o que aconteceu pois, objetivamente, a câmara não cumpriu. Em Inglaterra, disse o senhor vereador, não existe o argumento do “inverno rigoroso”, pelo que só se confirma aquilo que a oposição sempre defendeu, a pista de Montalegre tinha sido um erro e só lamenta que se tenha gasto tanto dinheiro, porém não fica satisfeito com a situação atual. Quanto às decisões da CADA, a lei diz que são concedidos dez dias para dar a informação solicitada. Não pode o Senhor Presidente dizer que a não entrega dos documentos se deve a não ter pessoal, quando paga uma avença, atualmente, a um



advogado que dava para contratar duas pessoas no mínimo. No que diz respeito aos documentos solicitados sobre a EHTB, o Senhor Presidente é quem representa a câmara e pede por isso a informação. Por último, disse o senhor vereador da oposição, "quanto à proposta de regulamento que apresentamos, nós oposição, não queremos substituímos os serviços municipais, estes é que dariam continuidade à mesma, ela era aprovada e baixava aos serviços para os demais procedimentos e voltaria então o regulamento à câmara para aprovação". O Senhor Presidente, referiu o senhor vereador, prefere dar vinte mil euros para levar a sua comitiva à Feira de Nanterre, mas nós, oposição, preferíamos investir esse montante nos jovens. Por isso, a proposta deveria ser agendada e, se não concordassem, votassem contra, retorquiu ainda o senhor vereador. _____

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao senhor vereador Dr. José Moura Rodrigues, dizendo que tinha sido dado e notificado um prazo até ao dia 19 de outubro para que a oposição desse os seus contributos para a elaboração dos documentos previsionais, mas que os senhores vereadores mandaram a proposta apenas no dia vinte e um, portanto fora do prazo, pelo que não pode assim ser considerada. _____

O Senhor vereador da oposição contestou energicamente, dizendo que a proposta da oposição tinha de ser agendada, ainda que não tivesse sido considerada no PPI. _____

O Senhor Presidente da Câmara pediu ao senhor vereador que fosse contido e respeitasse o órgão e as pessoas e afirmou que o que o senhor vereador da oposição apresentara não pode ser visto como contributo para os documentos previsionais, mas pode aparecer mais tarde como proposta a discutir. _____

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

III
INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

4.1. RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO DA CMM COM FILANDORRA – TEATRO DO NORDESTE. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente à proposta mencionada em epígrafe, assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, Manuel Orlando Fernandes Alves, no dia 10 de outubro, do ano em curso, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra, para os devidos efeitos legais: _____

"ASSUNTO: _____

Renovação do Protocolo de Colaboração da CMM com FILANDORRA - Teatro do Nordeste. _____

INFORMAÇÃO: _____



Desde o ano de 1996 que este município mantém um protocolo com a Companhia de Teatro, FILANDORRA-Teatro do Nordeste, no âmbito de um projeto de criação de condições para o desenvolvimento cultural da população do concelho, designadamente no domínio da divulgação e animação teatral, financiando um conjunto de atividades e ações, em projeto de itinerância. _____

Este protocolo terminou a sua vigência a 31 de Maio de 2018. _____

PROPOSTA: _____

1. Que, seja renovado o referido protocolo, nos termos e cláusulas gerais, do anterior, _____

2. Que este protocolo tenha efeitos retroativos ao mês de Junho do presente ano de 2018. _____

O valor global da despesa com este protocolo, é de 6.396,00 (seis mil trezentos e noventa e seis euros), sendo que, para o corrente ano de 2018, será 3.731,00 € (três mil setecentos e trinta e um euros), despesa compromissada, conforme o documento em anexo (compromisso n.º 1653). _____

Montalegre, 10 de Outubro de 2018. _____

O Presidente da Câmara, assinatura ilegível, Manuel Orlando Fernandes Alves". _____

Esta proposta, apesar de ter sido transcrita, bem como a minuta do protocolo, vão ficar apenas, no formato de cópias, no maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de docs. n.ºs 9 e 10, respetivamente _____

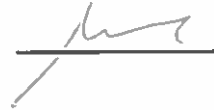
Foi ainda presente, conjuntamente com a aludida proposta, a requisição externa de despesa n.º 1690, de 12.10.2018, reportada ao compromisso n.º 2018/1653, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho. – *Ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º11.* _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: _____

a) Aprovar a renovação do referido protocolo, celebrado entre o Município de Montalegre e a Filandorra - Teatro do Nordeste, bem como autorizar o correspondente encargo financeiro com retroativos ao mês de Junho, no ano económico em curso. _____

b) À Divisão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio financeiro ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os efeitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças. _____

c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva (DDCSCD), para operacionalização da presente deliberação. _____



d) Ao GAP para efeitos de digitalização do referido protocolo e inserção do mesmo na plataforma de gestão documental. _____

**IV
CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS**

4.2. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO, FORMULADO PELO CLUBE AUTOMÓVEL DE VILA REAL, A FIM DE SUPORTAR AS DESPESAS COM A TAÇA DE PORTUGAL DE RALICROSS E SUPER BUGGY MONTALEGRE 2018 / RATIFICAÇÃO DE DESPACHO EXARADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, pedido de apoio financeiro, destinado a apoiar as despesas com a taça de Portugal de Ralicross e Super Buggy Montalegre formulado pelo Presidente do Clube Automóvel de Vila Real, através de requerimento registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM4484, no dia 04.10.2018 – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º12* _____

Sobre esse documento foi exarado, pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de 22 de outubro de 2018, despacho com o seguinte teor: “Face à urgência na disponibilização deste subsídio, e porque se destina à realização de um evento em que o Município é o principal interessado com realização anterior à reunião da Câmara Municipal, determino que os serviços deem imediato seguimento ao assunto em apreço devendo o teor deste despacho ser presente na próxima reunião do executivo Municipal para a necessária ratificação.”. _____

Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 1676 de 09.10.2018, reportada ao compromisso n.º 2018/1633, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 13.* _____

O senhor vereador da oposição, Dr. José de Moura Rodrigues interveio sobre este assunto para dizer que, sobre este pedido formulado pelo Clube Automóvel de Vila Real para as atividades do último ano, se lhe oferecia dizer que, para além de a oposição ser contra a pista automóvel, direito este que lhes assiste e que assumem, este protocolo estava em parte sobreposto, com o protocolo assinado em 05.03.2018. _____

O senhor vereador Prof. Carvalho de Moura referiu que o Clube Automóvel de Vila Real tem interesse que a pista funcione pois tem ali uma receita boa, mas, se bem se lembra, já aprovaram anteriormente um subsídio e agora vem um novo pedido financeiro. Para que é, pergunta. _____



O senhor vereador do Partido Socialista, Dr. David Teixeira disse querer dar uma nota para quem estava a ouvir esta oposição, pois este PSD é incongruente. Apresentaram um documento onde dizem que preferem uma pista com provas e agora dizem o contrário, já não querem a pista, nem as provas. Se se preparassem sabiam que a prova é Taça Nacional e é diferente do campeonato, basta pensar no futebol para se ficar com uma ideia. Para além disso, referiu o senhor vereador, o município transferiu para o CAVR a realização de determinadas tarefas que anteriormente eram executadas pelo município, daí a razão de ser da atribuição deste apoio financeiro.

O senhor vereador Dr. José de Moura Rodrigues voltou a afirmar que a oposição preferia que não houvesse pista automóvel, mas a haver pista, preferiam que fosse com provas.

O Senhor vereador Dr. David Teixeira explicou que se realizou a Taça de Portugal, Kartcross e Super Buggy.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos contra dos senhores vereadores da oposição, com fundamento na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

a) Ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativo à concessão de apoio financeiro, no valor de € 17.000,00 (dezassete mil euros), a favor do Clube Automóvel de Vila Real

b) À Divisão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os feitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças.

c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para dar execução material à presente deliberação.

Os senhores vereadores da oposição justificaram, o seu voto contra a ratificação deste assunto apresentando a declaração de voto que se transcreve:

“DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA O PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DO CAVR - CLUBE AUTOMÓVEL DE VILA REAL

José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP, vêm justificar o seu voto contra a concessão de um apoio financeiro ao CAVR, no valor de Euro 17.000,00, para realização das provas Taça de Portugal de Rallycross, Kartcross e Super Buggy 2018, que tiveram lugar em 27 e 28 de Outubro, nos seguintes termos:

É bem conhecida a posição do PSD e dos vereadores da Coligação sobre as provas de Rallycross na Pista Automóvel de Montalegre. Sempre dissemos que os eventos na Pista têm pouco impacto na economia concelhia e que o investimento feito não tem retorno suficiente.



Além disso, num concelho com tantas deficiências em termos de serviços básicos, nomeadamente ao nível do saneamento básico e do abastecimento de água, e com problemas graves ao nível da natalidade e criação de emprego, sempre dissemos também que os eventos na Pista estavam longe de ser uma prioridade para nós. _____

Acresce que o presente subsídio sobrepõe-se, pelo menos em parte, ao que é atribuído ao abrigo do protocolo assinado entre o Município e o CAVR, que foi aprovado na reunião de Câmara do passado dia 05.03.2018, no âmbito do qual o Clube já recebeu Euro 25.000,00 em 2018 para prestar apoio técnico e promover o Circuito Internacional de Montalegre, bem como para colaborar e cooperar com na realização de provas automobilísticas dos calendários nacional e internacional de Rallycross. De acordo com o mesmo Protocolo, as provas previstas em 2018 eram a “Taça nacional de Rallycross” e “outra iniciativa a acordar”. Assim, a duplicação dos apoios parece-nos clara. _____

Face ao exposto, votamos contra a ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara. _____
Montalegre, 31.10.2018. António José Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues. _____

Este documento vai ficar apenso ao maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 14. _____

4.3. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO, FORMULADO PELO ECOMUSEU DE BARROSO DESTINADO A SUPORTAR AS DESPESAS COM AS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativo ao assunto mencionado em epígrafe, pedido de apoio financeiro, destinado a apoiar as despesas com a atividade da Associação, formulado pelo Presidente do Conselho de Administração do Ecomuseu – Associação de Barroso, Albano Álvares, com residência em Montalegre, através de requerimento registado na Secção de Expediente Geral e Arquivo, sob a referência CMM4706, no dia 18.10.2018 – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º15.* _____

Sobre esse documento foi exarado, pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de 18 de outubro de 2018, despacho com o seguinte teor: “À C.M”. _____

Foi ainda presente, conjuntamente com o aludido pedido, a requisição externa de despesa n.º 1710, de 22.010.2018, reportada ao compromisso n.º 2018/1672, comprovativo da existência de fundos disponíveis, conforme exigência legal constante da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho – *documento cujo teor se dá aqui por reproduzido para os devidos efeitos legais e se anexa, à presente ata, sob a forma de doc. n.º 16.* _____

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues perguntou se há atividades a mais para serem financiadas e se as despesas que faltam fazer não estavam já orçamentadas. Perguntou para que são então os vinte e nove mil euros e quais as vantagens em as atividades



serem executadas pela Associação do Ecomuseu em vez de ser o município a executá-las. Afirmou que lhe parece haver aqui duplicação de despesas. _____

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que previsões são o que são, pelo que, se não chegou o dinheiro, temos que reportar mais para cobrir as despesas que necessitam de ser pagas e que a previsão inicial não contemplou. Explicou ainda o Senhor Presidente que estas despesas incluem mais atividades que são desenvolvidas pelos diferentes pólos do Ecomuseu. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e com dois votos contra dos senhores vereadores da oposição, com fundamento na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: _____

a) **Aprovar** a concessão de apoio financeiro, no valor de € 29.000,00 (vinte e nove mil euros), a favor do Ecomuseu – Associação de Barroso, destinado a apoiar as despesas com a atividade da Associação. _____

b) À Divisão Financeira para, no respeito pela legalidade contabilística e orçamental, proceder ao pagamento do apoio ora aprovado, bem como à sua adequada publicitação, nos termos e para os feitos constantes da Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto, e cumprimento do estabelecido no despacho n.º 1169/2014, da Ministra das Finanças. _____

c) À Divisão de Desenvolvimento e Cooperação Social, Cultural e Desportiva para dar execução material à presente deliberação. _____

Declaração de voto contra, apresentado pelos senhores vereadores da oposição: _____

“DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA O PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO DO ECOMUSEU - ASSOCIAÇÃO DE BARROSO _____

José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP, vêm justificar o seu voto contra a concessão de um apoio financeiro ao Ecomuseu - Associação de Barroso, no valor de Euro 29.000,00, para que ela possa, nos termos do pedido, “concretizar todas as atividades a que nos propusemos no presente ano”. _____

Em primeiro lugar, nos termos do protocolo celebrado entre o Município e o Ecomuseu, esta tem recebido Euro 12.500,00/mês para realizar as atividades do seu plano. Ora, se as atividades que falta financiar estão no seu plano anual e não tem caráter excecional, assume-se que a verba transferida mensalmente pelo Município já cobria essas despesas. Assim, aparentemente, estamos perante algo que não correu de acordo com o planeado, que não nos foi explicado totalmente, e que pode originar uma situação de financiamento duplicado. _____

Em segundo lugar, não encontramos vantagens que justifiquem a substituição do Município pela Associação na execução das atividades que estão protocoladas. Assim, ao que parece, a existência da Associação serve apenas para contornar as regras da realização das despesas públicas, mais exigentes que as que se aplicam às associações sem fins lucrativos. Desta _____



forma sai prejudicada a transparência da administração municipal, uma vez que a Associação apenas presta contas a um grupo restrito de pessoas, os seus associados, ao passo que o Município presta contas a todos os munícipes. _____

Por causa de algumas dúvidas que subsistem, no período da ordem do dia, pedimos cópia do protocolo em vigor e de todas as atas do Ecomuseu - Associação de Barroso desde 01.10.2013. _____

Face ao exposto, votamos contra a proposta em causa. Montalegre, 31.10.2018. António José Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues. _____

Este documento, apesar de transcrito, vai ficar apenso aos documentos desta ata sob a forma de doc. n.º17. _____

V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

- 1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO
- 2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO
- 3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO
- 4 – SERVIÇOS URBANOS

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII

FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

4.4. AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO DA DIREÇÃO DAS MINAS DA BORRALHA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, um relatório de avaliação relativo a um edifício das Minas da Borralha, localizado no lugar da Ladeira do Vale, Borralha, inscrito na matriz predial sob o artigo urbano 439.º da freguesia de Salto, com a área de implantação de 193,20 m² e área de construção de 386,40 m², que o município pretende adquirir para integrar o seu património. _____

Este documento fica a fazer parte integrante desta ata sob a forma de doc. n.18. _____

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que o concelho de Montalegre é credor, há muitos anos, das Minas da Borralha e da freguesia de Salto. Ao longo do tempo, a câmara municipal tem estado à altura desse valor com a compra do Bairro e demais edifícios, as casas que têm sido reparadas, foi feito investimento na arqueologia das minas, já se gastou muito dinheiro e vai-se continuar a gastar. Informou ainda que se está a trabalhar com a Faculdade de



Engenharia do Porto para que um troço da mina passe a ser visitável para atrair mais turistas. A Borralha, disse, é um espaço frequentado e citado pela Faculdade de Engenharia do Porto, que traz os seus alunos a visitar a zona dos compressores e a fazer consulta dos documentos. Temos uma candidatura para o tratamento de todo o espólio da cantina e, logo que aprovada, vamos reunir para ver quem pode lá trabalhar para fazer a preservação dos sessenta anos de laboração da mina. No conjunto de edifícios que a câmara já adquiriu, referiu o Senhor Presidente, faz falta recuperar este que está em estado avançado de degradação, pelo que se apresenta esta proposta da sua aquisição para reverter este espaço em espaço social do Bairro da Borralha. _____

O senhor vereador da oposição Prof. Carvalho de Moura referiu que lhe parece que esta proposta da câmara está contra os princípios que defendem. Primeiro, disse, este tipo de iniciativas tem mais uma vertente empresarial e não do âmbito da câmara; em segundo lugar, a câmara terá outra vocação que será fazer creches, saneamento e outras coisas mais prioritárias, que estarão à frente da aquisição de uma casa. A casa de referência das Minas da Borralha é a Fundação, pois a casa da Direção está em ruínas e não parece que a câmara tenha uma boa iniciativa ao adquirir esse edifício, pois terá que gastar muito dinheiro para o recuperar. Disse ainda que não sabe até que ponto não existirá incompatibilidade entre os investimentos da câmara nas Minas da Borralha e da empresa que virá a explorar o minério. O edifício da Direção é importante, mas requer um grande investimento e, na sua opinião, a câmara terá outras prioridades. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues interveio, dizendo que, no âmbito do relatório, o perito, que por acaso conhece, refere que a aquisição deste prédio é para a eventual transformação em uma unidade hoteleira. Pergunta se é isto que se pretende para esse espaço. _____

O Senhor Presidente respondeu que a câmara encomendou ao perito uma avaliação do prédio e mais nada. O senhor vereador Prof. Carvalho de Moura referiu que a casa da Direção era um edifício importante e muito bem disse porque faz parte do património e da identidade cultural do concelho, mas aceita que a oposição não tenha esta visão. _____

Novamente os senhores vereadores da oposição perguntaram para que se destinava a compra desta casa, que integra o conjunto de edifícios das Minas da Borralha. _____

O Senhor Presidente respondeu que ainda não sabia qual seria o destino desse edifício, mas, quando isso for determinado, virá com certeza o projeto à câmara, afirmando que este é o último espaço que se tem de preservar para completar o património arqueológico da Borralha. _____



O senhor vereador da oposição Prof. Carvalho de Moura afirmou que a câmara estava a fazer um grande favor ao dono da obra que era quem deveria fazer as obras. _____

O Senhor Presidente da Câmara disse que a oposição pessoalizava tudo, tinha uma visão mesquinha das coisas. Afirmou que era verdade que havia um imenso património espalhado pelo concelho, mas quando o Prof. Carvalho de Moura foi Presidente da Câmara e pagou as obras ilegais para o jardim de infância, numa casa que era das oficinas, pertencia ao "peixinho, que era quem a administrava, o que acontece até ainda hoje pois é sua propriedade, e a valorizou aí sim, foi feito "filho em mulher alheia", gasto mal o dinheiro público, mas nós, disse, vamos comprar um edifício e fazer obra, que fica integrada no património do Município. _____

O senhor vereador Prof. Carvalho de Moura contestou, dizendo que não admitia ao Senhor Presidente dizer que tinha gasto dinheiro mal gasto. _____

O senhor vereador Dr. José de Moura Rodrigues afirmou que como não se sabia qual o destino a dar ao edifício, apesar de no relatório se afirmar que era para uma unidade hoteleira, como não gosta de votar propostas em branco e preferia estar aqui a votar uma proposta para a dinamização económica da freguesia de Salto e a criação de emprego, se ia abster na votação deste assunto. _____

O Senhor Presidente da Câmara ripostou, dizendo que a compra deste edifício ia possibilitar também a criação de emprego. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, uma abstenção do senhor vereador da oposição, Dr. José de Moura Rodrigues, e um voto contra, do senhor vereador Carvalho de Moura, aprovar o relatório de avaliação apresentado pelo perito oficial e, por consequência, aprovar ainda a aquisição do prédio descrito nesse documento como edifício da direção das minas da Borralha. Foi ainda deliberado aprovar que, na formalização desta compra, ficava legitimado o Senhor Presidente da Câmara para representar o Município. _____

VIII GESTÃO AUTÁRQUICA

1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.5. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foram presentes, pelo Gabinete de Gestão Financeira (GGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagens de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período compreendido entre os dias dois e vinte cinco de outubro dois mil e dezoito, na importância global ilíquida de € 1.340.689,45 (um milhão trezentos e quarenta mil seiscentos e



oitenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos) – ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º19. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

4.6. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 208/2018 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). _____

Foi presente, pela tesoureira, para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º208, respeitante ao dia vinte cinco de outubro de dois mil e dezoito, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 3.865.829,31 sendo € 3.211.131,07 a título de operações orçamentais, e € 654.698,24 a título de operações não orçamentais. _____

Documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquiva no maço de documentos relativo à presente ata, sob a forma de doc. n.º 20. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

4.7. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019 – OPÇÕES DO PLANO DE ATIVIDADES E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA / MAPA DE PESSOAL PARA 2019. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, o assunto mencionado em epígrafe, constante de um *dossier*, designado por documentos previsionais para ano financeiro de 2019, contendo o relatório, as normas de execução, os mapas do Orçamento da Receita e da Despesa, Grandes Opções do Plano – PAM (Plano de Atividades Municipais) e PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e ainda o mapa de pessoal para o ano de 2019 – *documentos cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos e se anexam à presente ata, sob a forma de docs. n.ºs 21,22,23, 24, 25 e 26, respetivamente.* _____

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, efetuou uma explicação sobre a proposta apresentada, relativa aos documentos previsionais para o ano de 2019, a qual se transcreve na íntegra: _____

“Documentos Previsionais / 2019 _____

Elaborado no âmbito das competências da Câmara e obedecendo às normas legais do Plano Oficial de Contabilidade autárquica (POCAL), sendo que a partir de 01/01/2019, e decorrente da adaptação obrigatória do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP) se procederão aos necessários ajustamentos em sede de execução. _____

Os documentos respeitam os princípios da solidariedade nacional recíproca, da anualidade e plurianualidade e do equilíbrio entre receita e despesa. _____

Porque se revelam como um instrumento de gestão, onde as linhas de orientação definidas para o desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo, traduzem a visão em funções importa esclarecer, de forma muito sintética, o seguinte: _____

A receita previsível é de €22.665.000,00 a que em obediência ao princípio do Equilíbrio Financeiro corresponde igual despesa. _____



A receita corrente com previsível estruturação de €16.412.053,00 tem nas transferências da Administração Central, o seu maior contributo (€11.036.762,00). Seguem-se por ordem decrescente os rendimentos de propriedade (€2.935.686,00) e os impostos directos (€1.299.472,00) e a venda de bens e serviços correntes (€1.141.207,00)._____

A receita de capital previsível totaliza (€6.252.947,00) e tem nas transferências de capital o seu maior quinhão (€6.104.943,00)._____

Despesa corrente totaliza €13.299.700,00 sendo que a maior fatia, vai para a aquisição de bens e serviços (€6.506.940,00) seguindo-se por ordem de grandeza, as despesas com pessoal (€4.876.810,00) e as transferências correntes (€1.665.950,00)._____

Despesa de Capital _____

A Despesa de capital resulta em valorização patrimonial e tem directamente a ver com os investimentos._____

Situa-se nos €9.365.300,00 contabilizando-se a rubrica Aquisição de Bens de capital a percentualmente mais relevante (84,9%)._____

Aqui se incluem os investimentos programados para a educação, habitação social, saneamento e abastecimento de água e a aposta no sector cultural e recreativo (€2.012.000,00)._____

A dívida do município está controlada, situa-se nos €2.921.777,00 e está muito longe dos €23.841,00 permitidos por lei sendo que destes apenas podemos, de momento, usar o montante de €2.086.481,00._____

Desta folga ou capacidade financeira nos iremos socorrer para avançar com o complexo desportivo de Salto aproveitando os juros baixos e circunstância feliz de vermos alguns dos empréstimos a médio e longo prazo chegarem ao fim lá para meados do ano a que estes documentos respeitam._____

Importa, contudo, salientar o seguinte:_____

Os investimentos previstos centram-se essencialmente nos projectos financiados pelo Quadro Comunitário em vigor._____

Concluídos estão:_____

- Casa Mortuária – 400.000 _____

- Intervenção (1ª fase) no Bairro Albino Fidalgo 150.000 _____

- Escola de Salto – 300 e tal _____

- Escola do baixo Barroso – 150.000 _____

Em curso estão _____

- O castelo – 1.5 _____

- Escola Bento da Cruz – 1,5 _____

- Saneamento de S. Vicente – _____



- Projecto TIC _____
- Cadastro das infra-estruturas de abastecimento de água _____
- Cadastro de infra-estruturas águas residuais _____

Em fase de preparação uns e em fase de arranque, outros temos: _____

- Arquivo Municipal _____
- Estação de Tratamento de Salto _____
- Requalificação da Rua da Costa _____
- Rua da Mijareta _____
- Rua da Corujeira _____
- Melhoramento de instalações edifício Paços do concelho _____
- Melhoramento dos pólos do Ecomuseu de Salto _____
- Portas do PNPG _____
- Centro Agrícola da Truta fário _____
- Centro de Observação da mecânica da água (Borralha) _____
- Centro Turístico Barragem do Alto Rabagão _____

A aguardar abertura de aviso temos o projecto de requalificação da piscina municipal; _____

A aguardar aprovação da Unidade de Gestão temos as candidaturas para intervenção nos lares e Centros de dia de Salto, Vila da Ponte e Vilar de Perdizes; _____

E porque a memória política é curta, convém recordar que em curso temos em desenvolvimento os projectos da estrada de Montalegre/Chaves e de eficiência energética. _____

Se a tudo isto juntarmos a consciência social, centrada no apoio à família, na ajuda à recuperação de habitação em estratos sociais desfavorecidos, priorizando aqueles onde haja crianças ou idosos desprovidos de retaguarda familiar ou na progressiva substituição do amianto; _____

E se tivermos em linha de conta os vultuosos investimentos canalizados para o sector da Educação, para a cultura, para o desporto, para o apoio à actividade produtiva e continuada aposta na promoção e valorização do território dá para perceber estarmos perante um orçamento de muito rigor e um Plano de Actividades ousado, assertivo e indutor de investimento reprodutivo." _____

Neste momento, senhor vereador Dr. José de Moura Rodrigues interveio, dizendo que o Plano não aposta no empreendedorismo e na captação de emprego, por isso a oposição vai votar contra os documentos previsionais. Referiu também que este concelho está sem jovens, possui uma taxa de natalidade baixa e denota uma enorme desertificação e, analisando o Plano, não se vislumbra nada para contrariar estas situações, sendo isto que determina o sentido do voto deles. _____



Continuando, o senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues disse que no Plano apareciam vinte e cinco mil euros para financiar um canil municipal, quando em tempos a oposição tinha feito uma proposta com financiamento para um canil e a câmara não quis e agora vem com esta proposta para financiamento a cem por cento. Depois, pensa que as empresas privadas devem ser incentivadas, devem andar à frente, serem apoiadas para criar emprego e, olhando estes documentos, nada vê nesse sentido. Por outro lado, referiu não se justificar gastar um milhão e quatrocentos mil euros na realização de provas de automobilismo, e três milhões e vinte e cinco mil euros em desporto automóvel, se a pista não fosse desclassificada quanto se gastaria, perguntou. Gostava de saber também o que é o centro turístico da barragem do Alto Rabagão, como vem mencionado nos documentos em discussão. Os dois milhões de euros para o complexo desportivo de Salto parece-lhe um exagero, apesar de ser no mínimo embaraçoso que esta freguesia seja a única que não tem um campo relvado. Seguidamente, questionou a que se referia a verba de duzentos mil euros para a Unidade de Cuidados Continuados e quais os pressupostos da verba de dez mil euros para o fornecimento de água, pelas Águas do Norte, gostava de saber como foi feita a estimativa e quantos metros cúbicos de água o município iria comprar. Do mesmo modo, pediu explicação para a verba de cento e sete mil euros prevista para a Associação de Paredes. Por último, perguntou o senhor vereador como se iria poupar novecentos e sessenta mil euros na iluminação pública do concelho, a que se referia também a verba de duzentos e cinco mil e oitocentos euros na folha dois do orçamento da receita e, finalmente, pretendia saber se a verba do regulamento da sanidade animal ia aumentar ou seria a mesma dos anos anteriores. _____

O senhor vereador da oposição Prof. Carvalho de Moura usou da palavra para dizer que subscrevia tudo o que tinha sido dito pelo Dr. José de Moura Rodrigues pois tinham vindo para aqui preparados e gostariam de serem esclarecidos. Acrescentou, ainda, que os três milhões previstos para os gastos com a iluminação com lâmpadas leds lhe deixava algumas dúvidas pois, na sua opinião, vai demorar para aí uns vinte anos a recuperar este investimento e com o aparecimento de novas tecnologias, que estão sempre a serem lançadas, o tempo de recuperação é muito e poderão daqui a alguns anos aparecerem novas soluções e até mais avançadas que não justificam este investimento. _____

De seguida, o senhor vereador passou a ler uma intervenção escrita, a qual, para os devidos efeitos, abaixo se transcreve: _____

"DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2019 _____
José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues, vereadores eleitos pela Coligação PSD/CDS-PP, vêm justificar o seu voto contra o Plano e Orçamento, nos termos que se seguem: _____



1) Os documentos previsionais supra não apostam no empreendedorismo, na captação de investimento, na dinamização económica e na criação de emprego. Na nossa opinião, essa seria a melhor forma de combater o despovoamento do concelho, de fixar casais jovens e de fomentar o aumento da taxa de natalidade, que consideramos ser a mãe de todos os problemas da nossa terra. Assim, o Plano e Orçamento para 2019 são mais do mesmo, mantendo as grandes opções de anos anteriores, ou seja, adiando por mais um ano a revitalização do nosso concelho. Esta questão é tão importante para nós que justificava, por si só, o nosso voto contra. _____

2) No entanto, o Plano e Orçamento para 2019 incluem outros aspetos negativos que reforçam o nosso voto contra, nomeadamente: _____

2.1) De acordo com o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Município propõe-se investir Euro 25.000,00 num canil municipal, que será financiado a 100% pelos cofres do Município; consideramos este investimento necessário, de tal forma que, na reunião de 19.04.2018, levámos ao conhecimento da Câmara legislação que previa o cofinanciamento por fundos comunitários da construção de Centros de Recolha Oficial de Animais de Companhia (vulgo canis municipais) até 60% do valor investido, para obras até Euro 50.000,00; na altura foi-nos dito que não estavam interessados, porque tinham um protocolo assinado com Boticas; isto não é apenas falta de planeamento; é pura má gestão dos recursos municipais. _____

2.2) O PPI inclui também uma verba de Euro 1.850.000,00 em investimentos na Pista Automóvel até 2022, supomos que em obras, investimentos esses que, como temos dito amiúde, não se justificam; tal como não se justifica gastar Euro 1.400.550,00 na rubrica "Animação Desporto Automóvel" (supomos tratar-se da organização de eventos na Pista Automóvel), prevista no Plano de Atividades Municipais até 2022; ou seja, até 2022, o Município prevê gastar cerca de 3,25 milhões de euros no Rallycross, mesmo depois de a Pista de Montalegre deixar de integrar o circuito internacional; é melhor nem pensar qual seria este valor se a Pista não tivesse sido desclassificada. _____

2.3) O PPI inclui ainda um investimento de Euro 2.901.000,00 até 2022 no Complexo Desportivo de Salto; parece-nos um claro exagero; consideramos que o facto de o Grupo Desportivo de Salto jogar futebol num campo não relvado e de ter que se deslocar a Boticas para que a sua equipa de futsal possa treinar é embaraçoso para Salto e para todo o concelho; estes problemas já deveriam estar resolvidos; mas gastar quase três milhões de euros num complexo desportivo não se justifica e a maior parte desta verba deveria ser reafectada para o apoio às empresas e à criação de emprego, inclusive na freguesia de Salto. _____

Montalegre, 31.10.2018. José António Carvalho de Moura e José de Moura Rodrigues." _____

Este documento fica a fazer parte integrante desta ata sob a forma de doc. n.º 27. _____



A senhora vereadora do Partido Socialista Dr.ª Fátima Fernandes solicitou uma intervenção para, sobre o assunto em discussão, dizer que se congratulava pelo facto das opções do Plano incidirem sobretudo nas funções sociais. Efetivamente, representam mais de 50% e, note-se, 40% só para a educação. Quando há alguém que diz que a Câmara vira a cara à Escola, os números falam por si. O que se quer é que todo este investimento tenha retorno em resultados de excelência e que as nossas crianças tenham as mesmas oportunidades que as que vivem no litoral. No PPI temos 5,5 milhões de euros dedicados às funções sociais. É a marca de uma câmara socialista, preocupada sempre com as pessoas, a sua formação, a sua identidade e as suas necessidades. Por isso, os barrosões sabem que contam connosco e por isso há trinta anos que fazem por nós a sua opção.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que iria responder às questões colocadas pela oposição, mas antes queria mencionar, porque se esquecera no início da explicação que fizera dos documentos previsionais, que, para o próximo ano, está prevista uma verba inicial de dois mil euros para auxiliar os idosos e os mais desprotegidos nos consumos com medicação nas farmácias.

Prosseguindo com a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara disse que há empresas do setor local que estão à espera do que pode vir da câmara para poderem dar continuidade às suas atividades e não terem que emigrar. Afirmou o Senhor Presidente que este era um orçamento ousado, atrevido, de rigor e de muito difícil execução, por isso não se admirassem se na primeira assembleia municipal tivesse que ser aprovada uma revisão deste documento. Estão aqui as linhas mestras do desenvolvimento do concelho, declarou, sabendo que o dinheiro não resolve os problemas todos. Disse que prezam muito as suas ideias e são contributos excelentes para o desenvolvimento do concelho. O senhor vereador José Rodrigues falou de empreendedorismo, mas o que é certo é que nunca lhe vimos apresentar nenhuma proposta ou algum contributo para tal. Quanto ao assunto do canil, afirmou que tentou que fosse a câmara municipal a desenvolvê-lo. Sempre se pensou que estávamos ligados ao canil de Boticas, mas não estamos efetivamente e o canil intermunicipal, que era para ser feito, não avançou pelo que temos que avançar nós com um canil municipal, disse. Quanto à pista automóvel e o não terem sido feitas algumas obras, não é o que diz o senhor vereador, pois os invernos rigorosos são sim uma explicação e os investimentos na pista ficam lá porque se formos a tribunal é uma forma de mostrar que estávamos bem-intencionados e mais, repito, senhor vereador, só há um mês atrás é que o IMG deixou de dar contributos ao projeto para a realização das provas. No que diz respeito aos dois milhões para o complexo desportivo de Salto, é apenas uma previsão para a construção deste complexo, tal como aqui está exposto e se fomos ao banco buscar dinheiro para outras obras, também vamos buscar



para esta porque Salto merece e não fica bem ser o único clube da terra a jogar em campo pelado. Relativamente ao centro turístico na barragem dos Pisões, estamos a falar da construção de duas marinas e de três ancoradouros. Quanto ao Centro Social de Paredes, este não é uma construção nova, precisa de obras que não podem ser financiadas, detém seis ou sete postos de trabalho, por isso é dever da câmara proteger e acudir este centro ou outro que esteja em dificuldades. Quanto aos dez mil euros previstos para o pagamento das águas às Águas do Norte é uma reserva na eventualidade de termos de pagar alguma coisa. No que se refere à poupança de energia, paga-se quinhentos e quarenta e oito mil euros ano pela iluminação pública das cento e trinta e cinco aldeias do concelho, ora com a mudança da iluminária, vai-se poupar cento e quarenta e um mil euros, é dinheiro. Apesar de entender a vossa posição, se posso poupar agora não vou esperar mais tempo, não gosto de esbanjar dinheiro, senhor vereador, afirmou o Senhor Presidente. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e dois votos contra expressos pelos senhores vereadores da oposição, aprovar os documentos previsionais apresentados, consubstanciados na proposta de orçamento, da receita e da despesa, e nas grandes opções do plano, plano de atividades municipais (PAM) e plano plurianual de investimentos (PPI), para o ano económico de 2019, bem como o mapa de pessoal para esse mesmo período, cujo respetivo teor se dá aqui por reproduzido para todos os efeitos legais. _____

Deliberou ainda, por unanimidade, remeter esses documentos previsionais, opções do plano e proposta de orçamento, ao órgão deliberativo municipal, a fim de que possa exercer a competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

4.8. RATIFICAÇÃO DA ATA DA HASTA PÚBLICA RELATIVA À VENDA DE PRÉDIOS URBANOS. _____

Foi presente, para ratificação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, ata da hasta pública realizada no dia onze de outubro do ano em curso, que teve por objeto a alienação de prédios urbanos, propriedades do Município, documento cujo respetivo teor se transcreve, na íntegra, para os devidos efeitos: _____

"ATA DA HASTA PÚBLICA _____

VENDA DE PRÉDIOS URBANOS _____

Aos onze dias de outubro de dois mil e dezoito, pelas onze e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, sito à praça do Município, n.º 1, nesta Vila de Montalegre, perante a comissão de júri, designada para o efeito, por deliberação do executivo municipal datada de seis de setembro de dois mil e dezoito, composto pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. David José Varela Teixeira, na qualidade de Presidente, e na qualidade de Vogais a Dra. _____



Maria Fernanda Dinis Moreira, Chefe da Divisão Administrativa e a Dra. Maria José Afonso Baía, Chefe da Divisão Financeira, deu-se início à hasta pública para a venda dos prédios urbanos, propriedade do município, identificados no edital n.º 54/2018/DA, de 19 de setembro de dois mil e dezoito. _____

Aberta a referida hasta pública, pelo Presidente da Comissão, Dr. David José Varela Teixeira, foi lido, em voz alta, o teor integral do aludido edital n.º 54/2018/DA, através do qual foram publicitadas as condições gerais da respetiva hasta pública. _____

O aludido edital foi afixado nos lugares de estilo, designadamente na sede da freguesia da situação dos bens imóveis a alienar, na porta dos mesmos, no átrio dos paços do concelho, bem como publicitado no site do município de Montalegre. _____

Neste contexto, foram explicitadas as condições gerais da hasta pública, relativamente a cada um dos bens imóveis a alienar, designadamente no que concerne à identificação dos mesmos, respetiva localização, preço base, lances mínimos, forma de licitação e formato de concretização do negócio. _____

Não havendo qualquer dúvida, manifestada pelos presentes e interessados, no ato da hasta pública, procedeu-se à abertura da praça, com a licitação verbal, relativa ao bem imóvel, constituído pelo edifício, onde funcionou a antiga escola primária de Donões, da União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 165, e descrito na conservatória do registo predial de Montalegre sob a descrição n.º 00417/030613, tendo a interessada, Paula Jesus Dias Reis, com o NIF 204 574 048, residente em Ermesinde, oferecido o maior lance, ou seja, manifestou intenção de adquirir esse imóvel pelo preço de € 22.500,00. _____

O presidente da comissão do júri, depois de ter anunciado, em voz alta, por três vezes, o valor proposto pela identificada interessada, pôs fim à licitação do referido imóvel. Seguidamente os membros da comissão de júri adjudicaram, provisoriamente, à Sra. Paula Jesus Dias Reis, com o NIF 204 574 048, residente em Ermesinde pelo preço de € 22.500,00, (vinte e dois mil quinhentos euros), o prédio urbano, sito no lugar, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, deste concelho, sob o artigo 165 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montalegre sob a descrição n.º. 00417/030613 _____

De seguida, foi colocado à licitação verbal entre os interessados presentes, o edifício onde funcionou a antiga escola primária de Cambeses do Rio, da União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, deste concelho, prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 303 e descrito na conservatória do registo predial de Montalegre sob a descrição n.º 00188/030613, tendo um dos interessados, o Conselho Diretivo de Baldios de Cambeses, com o NIPC 901 220 990, residente em Cambeses do Rio, União das Freguesias



de Cambeses, Donões e Mourilhe, oferecido o maior lance, ou seja, manifestou intenção de adquirir esse imóvel pelo preço de € 25.500,00 euros. _____

O presidente da comissão do júri, depois de ter anunciado, em voz alta, por três vezes, o valor proposto pela identificada interessada, pôs fim à licitação do referido imóvel. Seguidamente, os membros da comissão de júri adjudicaram provisoriamente, ao Conselho Diretivo de Baldios Cambeses do Rio, com o NIPC 901 220 990, residente em Cambeses do Rio, União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, com o NIPC 901 220 990, pelo preço de € 25.500,00, (vinte cinco mil e quinhentos euros), o prédio urbano, sito no lugar de Cambeses do Rio, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, deste concelho, sob o artigo 303 e descrito na conservatória do registo predial de Montalegre sob a descrição n.º n.º 00188/030613 _____

Prosseguindo com este ato público, foi submetida a licitação o bem imóvel, constituído pelo edifício onde funcionou a antiga escola primária de Sabuzedo, da União das Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 318 e descrito na conservatória do registo predial de Montalegre sob a descrição n.º 00302/13062003, tendo um dos interessados, Mikael João Paiva Rodrigues, com o NIF 287 076 164, residente na rua da Fonte, nº 7, Sabuzedo, oferecido o maior lance, que per fez a totalidade de 20.500,00 euros. _____

O presidente da comissão do júri, depois de ter anunciado, em voz alta, por três vezes, o valor proposto pelo identificado interessado, pôs fim à licitação do referido imóvel. Seguidamente, os membros da comissão de júri adjudicaram, provisoriamente, ao Sr. Mickael João Paiva Rodrigues, com o NIF 287 076 164, residente na rua da Fonte, nº 7, oferecido o maior lance, que per fez na totalidade de 20.500,00 euros, (vinte mil e quinhentos euros), o prédio urbano, sito no lugar de Sabuzedo, inscrito na matriz predial urbana da União de Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, deste concelho, sob o artigo 318 e descrito na conservatória do registo predial de Montalegre sob a descrição n.º 00302/13062003. _____

De seguida, foi colocado a licitação verbal entre os interessados presentes, o edifício onde funcionou a antiga escola primária de Mourilhe, da União de Freguesias de Cambeses, Donões e Mourilhe, prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 317 e descrito na conservatória do registo predial de Montalegre sob a descrição n.º 00301/13062003, tendo a licitação ficado deserta, por ausência de interessados. _____

As deliberações da comissão do júri, foram todas tomadas por unanimidade e ficam sujeitas a ratificação do órgão executivo municipal, na sua próxima reunião ordinária. _____



Ficam anexas à presente ata, as guias de recebimento/faturas n.ºs 3461, 3463 e 3460, relativas ao pagamento de cinquenta por cento do preço de cada um das adjudicações, dando, assim, cumprimento ao n.º 11 das condições gerais da hasta pública aprovadas para o efeito. _ Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado este ato, quando eram onze horas e trinta minutos, dele se lavrando a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da comissão de júri. _____

David José Varela Teixeira _____

Maria Fernanda Dinis Moreira _____

Maria José Afonso Baía _____

Este documento, apesar de transcrito, vai ficar apenso, no formato de cópia, ao maço de documentos relativos a esta ata, sob a forma de doc. n.º28. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues afirmou que o Partido Social Democrático votou contra este assunto quando, em forma de proposta, veio à câmara para ser discutido e aprovado, pelo que, para serem coerentes com a sua posição, iriam agora abster-se, manifestando, porém, o desejo de que o dinheiro da venda destas casas, reverta para as respetivas comunidades dos prédios alienados. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e dois votos de abstenção, expressos pelos vereadores do Partido Social Democrático, ratificar a referida ata e, em coerência, ratificar as deliberações de alienação tomada pela respetiva comissão de júri, bem como legitimar o Senhor Presidente a celebrar, em nome do município de Montalegre, as respetivas escrituras de compra e venda. _____

Ao Oficial Público do município para efeitos de agilização dos processos em vista à formalização da alienação dos referidos imóveis. _____

Ao Património para os devidos efeitos. _____

**IX
ATIVIDADE REGULAMENTAR**

**X
DIVERSOS**

**XI
REUNIÃO PÚBLICA MENSAL**

(cfr. n.º 2 do artigo 49.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

De acordo com o regimento do órgão, tratando-se de uma reunião pública, registou-se a inscrição do Senhor Presidente da Junta de Salto que interveio neste período, fazendo-o da seguinte forma: _____

Agradeceu à câmara municipal ter efetuado esta reunião do executivo na freguesia de Salto e agradeceu ainda todos os investimentos que estão previstos para esta Vila, com especial

destaque para o "Complexo Desportivo", que já se ansiava há tanto tempo. Agradeceu, ainda, a presença do público e de todos os presidentes de junta pois as obras e os investimentos aqui apresentados hoje são para todo o Baixo Barroso e, por isso, as demais juntas de freguesia, que integram esta parte do concelho, também vão beneficiar com elas. Informou, ainda, que o executivo municipal fez durante o período da manhã a visita à freguesia de Salto para observarem algumas obras que estão a ser executadas neste momento. Disse ainda o Senhor Presidente da Junta professor Alberto que gostaria que as obras que estão previstas para Salto tivessem tido a aprovação de todos os membros do executivo municipal, pois elas também vão proporcionar a criação de alguns postos de trabalho. Finalmente, agradeceu, uma vez mais à câmara pelo projeto ambicioso, que quer trazer para a freguesia de Salto. _____

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, terminou esta reunião dizendo que agradecia à Junta de Freguesia de Salto o facto de os ter recebido tão bem, possibilitando estar ali reunidos para tratar do futuro desta freguesia, para onde estão previstos grandes investimentos, que já vêm tarde e que são merecidos. Agradeceu, ainda, a todo o público presente na sala, desejando que todos saíssem daqui mais esclarecidos e a perceber melhor como funciona este órgão, câmara municipal. O que aqui se fez é a democracia na sua plenitude a funcionar que, à parte de um ou outro comentário mais forte, todos estavam aqui com o mesmo propósito e motivação, que era tratar do futuro do nosso concelho. _____

XII

APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. N.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ENCERRAMENTO

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dezassete horas e quinze minutos, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria José Afonso Baía, na qualidade de secretária a redigi e vou assinar, junto com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

O Presidente da Câmara _____

A Secretária da reunião _____

